

Entre o falar e o silenciar: as vulnerabilidades comunicacionais no processo de reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, em Mariana (MG)¹

Lara DORNAS²

Márcio Simeone HENRIQUES³

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

Este artigo analisa a dimensão comunicacional do luto público e coletivo vivenciado pela comunidade de Bento Rodrigues, desterritorializada pelo rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP), no município de Mariana/MG, em 5 de novembro de 2015. O foco está nas tensões entre expressão e silenciamento que marcam o processo de reassentamento coletivo. Partindo da noção de públicos, o estudo examina evidências dessas tensões a partir de registros no jornal A Sirene referentes ao processo de reassentamento da população no novo território.

Palavras-chave: públicos; vulnerabilidades; desastre; reterritorialização; silenciamento.

Introdução

O desastre do rompimento da barragem de Fundão, operada pela mineradora Samarco em Mariana/MG, é um dos mais emblemáticos casos de desastre socioambiental no Brasil. O rompimento liberou cerca de 43,7 milhões de m³ de rejeitos, devastando comunidades ao longo dos rios até o litoral do Espírito Santo. No epicentro dos impactos está a comunidade de Bento Rodrigues, onde 82% das edificações foram soterradas, causando 19 mortes e danos socioambientais irreparáveis. O reassentamento coletivo foi marcado por sucessivos atrasos, com as primeiras famílias

¹ Trabalho apresentado ao GP2 – Discurso, identidade e relações de poder, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: laraornas2009@hotmail.com.

³ Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. E-mail: simeone@ufmg.br.

recebendo suas chaves apenas em 2023, e a entrega formal ocorrendo em 2025. O estudo tem o objetivo de evidenciar a tensão relativa à expressão pública dos atingidos face ao processo de luto público – individual e coletivo. Parte da ideia de que o luto vivenciado em público é uma experiência ambígua para os atingidos, entre a necessidade de falar e denunciar e a de silenciar. O exame se dá no momento crítico de reassentamento, no qual a população do subdistrito se vê, após muitos anos, diante do desafio de habitar o novo território. São buscadas evidências específicas dessa tensão no jornal A Sirene, constituído como voz dos próprios atingidos, com material coletado entre os anos de 2019 e de 2024. Bento Rodrigues era uma comunidade rural histórica (fundada em 1697), com forte coesão social, laços de parentesco e tradições religiosas. A maioria dos residentes era idosa, com profundas raízes no território. O desastre impôs uma ruptura violenta, deslocando famílias para a cidade de Mariana e criando uma condição de vida provisória por quase uma década. O processo de reparação envolveu complexas negociações com a Fundação Renova4, gerando desgaste físico e emocional nos atingidos.

O deslocamento compulsório configurou um processo de “morte social” (Santos *et al.*, 2020), rompendo vínculos simbólicos com o território (casa, terra, vizinhança). O luto coletivo transcende a perda individual, representando a aniquilação total de um modo de vida e a perda de referências ancestrais. A particularidade do desastre foi deflagrar um luto coletivo associado não apenas a perdas materiais, mas à destruição da identidade territorial, cultural e social dos moradores de Bento Rodrigues, representando uma experiência traumática compartilhada que apagou o senso de comunidade. O luto coletivo assim deflagrado é uma ferida aberta que se caracteriza por uma transformação radical na existência e nas relações, conforme destaca Ingerslev (2022). Trata-se de um processo psicossocial complexo, no qual a comunidade elabora coletivamente o trauma, manifestando-se publicamente de forma politizada, como apontam Wagoner e Brescó de Luna (2022). Estudos indicam altos índices de depressão, ansiedade e risco de suicídio entre os atingidos.

Interessa observar o luto coletivo vivido em público, expresso por meio de rituais, mobilizações e reivindicações por justiça, sendo entendido como empreendimento

⁴ O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) homologado em 2016 criou a Fundação Renova para gerir os programas de reparação.

coletivo de natureza comunicacional. A mídia desempenha papel ambíguo nesse processo: por um lado, oferece visibilidade e funciona como um ritualizador contemporâneo do luto, ajudando a manter viva a memória; por outro, cria uma tensão constante entre as narrativas públicas e a experiência íntima dos atingidos. Essa dinâmica introduz vulnerabilidades comunicacionais que podem interferir diretamente na atuação coletiva dos públicos afetados.

Vulnerabilidades comunicacionais frente ao colapso comunitário

Os desastres socioambientais, por sua gravidade, geram questões que levam à formação de públicos – atores coletivos que se constituem em torno da problematização do evento (Henriques, 2017). Eles são dinâmicos e se envolvem publicamente em disputas de sentido nos campos simbólico e discursivo. No caso específico, os atingidos se mobilizam pela reparação integral, em um cenário marcado por fortes assimetrias de poder econômico, político e simbólico, o que configura um terreno fértil para o surgimento de vulnerabilidades comunicacionais. Uma vulnerabilidade comunicacional é entendida como qualquer tentativa de impedir, cercear ou desestabilizar o processo comunicativo de um grupo, limitando sua capacidade de se fazer visível, audível e legítimo na esfera pública. Ela se apresenta principalmente por meio de obstáculos à formação e mobilização coletiva, à expressão pública do grupo – muitas vezes distorcida por um enquadramento midiático que o (re)vitimiza e enfraquece sua credibilidade – e ao acesso claro e adequado à informação, cuja ausência, excesso ou opacidade gera desorientação e mina a capacidade de ação.

Esses constrangimentos retiram condições de coletivização dos públicos (Henriques, 2010) e interferem no ciclo completo da mobilização social, desde a constituição inicial do grupo, passando pela sua manifestação pública, até a elaboração de um discurso unificador baseado em informações claras e acessíveis, essenciais para a busca por justiça. São, portanto, obstáculos que impactam diretamente a capacidade dos públicos afetados de atuarem politicamente. Assim, além de todos os aspectos que, pela natureza do próprio desastre, vulnerabilizam estes públicos, somam-se outros, de natureza da comunicação no espaço público, que os fragilizam como legítimos públicos no difícil e intrincado processo de reparação posterior.

Entre o falar e o silenciar

Os atingidos pelo rompimento de Fundão vivenciam um processo que continua a se desdobrar, em meio às contradições e tensionamentos que incidem neste percurso. Uma delas é o tensionamento entre a expressão e o silenciamento público. Falar implica em lutar e resistir. Calar significa aceitar, mas sem, contudo, deixar de buscar novos possíveis. A análise realizada conta com uma pesquisa documental em artigos, teses, matérias jornalísticas e no jornal A Sirene, aqui explorada de modo mais detido. O veículo, conforme um dos editoriais, vem a ser uma “voz forte, um canal de expressão, e um guardião de memórias”⁵, sendo parte da necessidade e do direito fundamental à comunicação, seja para os atingidos, seja para a sociedade em geral⁶. Segundo os responsáveis pelo jornal A Sirene, o veículo é produzido com, para e pelos atingidos. Tomando-o como material farto de pesquisa, buscamos evidências dessa tensão entre falar e calar sobre o acontecimento, diante do fato de que o luto de cada atingido traz consigo barreiras íntimas decorrentes do trauma vivenciado. Seja pela necessidade de “tocar a vida em frente”, seja pelo desconforto de ter que reviver permanentemente o desastre.

A tensão entre falar e silenciar dos atingidos se manifesta de forma clara nos depoimentos coletados pelo jornal A Sirene, que evidenciam posições opostas em relação ao território de origem. Por um lado, há quem fale e aja como forma de luta e manutenção da memória: um morador afirma a importância das celebrações no local destruído porque “não pode deixar as tradições morrerem” e reforça que “isso é uma questão de luta”⁷, enquanto outra declara sentir-se apenas “uma visitante” no novo reassentamento, demonstrando que a fala e o ato de lembrar são formas de resistir à perda de pertencimento⁸. Uma terceira reforça que Bento, “ainda que destruído, continua

⁵ Jornal A Sirene, fev. 2024. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornalasirene_fevereiro_online. Acesso em: 28/01/2026.

⁶ A periodicidade é mensal e o veículo é produzido desde fevereiro de 2016 pelos atingidos de Mariana e Barra Longa, discentes e docentes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), membros da Assessoria Técnica Independente (Cáritas - MG) e de coletivos sociais.

⁷ Jornal A Sirene, out., 2022. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/outubro_2022_grafica. Acesso em: 28/01/2026.

⁸ Jornal A Sirene, fev. 2024. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornalasirene_fevereiro_online. Acesso em: 28/01/2026.

sendo o melhor lugar do mundo”⁹. Por outro lado, o silenciamento e a recusa em falar sobre o passado também são estratégias de sobrevivência e fuga da dor. Uma ex-moradora é categórica: “mas lá no Bento mesmo, eu não vou”, e destaca: “Não consegui voltar lá, é muito sofrido”¹⁰. Outros atingidos relatam até mesmo uma fadiga e mencionam que é muito luta, pouca vitória, e que a grande maioria está “cansada, desanimada e com o psicológico abalado”¹¹. Essas falas revelam que não lembrar ou o silêncio podem ser tanto uma imposição do trauma quanto uma escolha ativa para seguir em frente no novo espaço, mesmo que isso signifique um afastamento consciente da dor da lembrança. Mas falar e se manifestar ainda é uma alternativa para denunciar a insatisfação e lutar pelos direitos, como aponta uma das atingidas, “Se a gente ficar calado, não recebe nada, os direitos vão por água abaixo”¹².

Sendo assim, o luto, tanto individual quanto coletivo, gera uma tensão fundamental entre falar e calar nos atingidos pelo desastre de Bento Rodrigues, tensionamento que é constitutivo de sua experiência pós-traumática. Individualmente, o processo de elaboração da perda é singular: alguns atingidos sentem a necessidade imperiosa de falar, de narrar a dor, de retornar ao território devastado para lembrar e reafirmar a identidade perdida. Porém, outros escolhem calar, evitando revisitar o local ou rememorar publicamente o trauma como uma estratégia de autopreservação para seguir em frente no reassentamento. Esta dicotomia íntima se reflete e se amplia na esfera coletiva.

Coletivamente essa tensão se politiza e a ausência de uma cobertura midiática isenta, capaz de abrir espaço para as demandas dos atingidos, é denunciada no jornal A Sirene que indaga: “Quantas vezes nos deparamos com os depoimentos de pessoas atingidas pelo rompimento de barragem nos grandes veículos de comunicação”¹³? Ainda, quantos e quais deles se dedicam a abordar os desdobramentos do rompimento desde 2015 ou dão visibilidade à luta dos atingidos? Um deles é firme em afirmar que o

⁹ Jornal A Sirene, jan. 2022. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/janeiro_2022_alta_final. Acesso em: 29/01/2026.

¹⁰ Jornal A Sirene, ago. 2022. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sireneagosto_2022_alta. Acesso em: 29/02/2026

¹¹ Jornal A Sirene, nov., 2020. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi_c3_a7_c3_a3o_2055_20-20novembro_20de_2020_2. Acesso em: 29/01/2026

¹² Jornal A Sirene, jun., 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/junho_2019. Acesso em: 28/02/2026.

¹³ Jornal A Sirene, fev., 2022. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_fevereiro_2022_final_press. Acesso em: 30/01/2026.

veículo comunitário, no caso, A Sirene, é de confiança, possui linguagem adequada, e retrata a realidade dos atingidos: “é um instrumento de comunicação e todos nós devemos ter o direito à comunicação”¹⁴.

Falar publicamente, seja por meio do jornal A Sirene, de protestos ou das ocupações simbólicas, é um ato de resistência, um mecanismo para lutar por justiça, reparação e contra o esquecimento. O silenciamento, por outro lado, pode ser uma imposição externa – uma vulnerabilidade comunicacional onde a mídia ou os poderes institucionais enquadram os atingidos como vítimas passivas, cerceando sua voz – ou uma opção estratégica do grupo para evitar a revitimização e focar na reconstrução material. Assim, a comunidade vive a contradição de precisar falar para lutar, mas também de precisar, em certa medida, silenciar a dor para conseguir habitar o novo espaço e reconstruir a vida cotidiana.

Referências

HENRIQUES, Márcio S. **Comunicação e mobilização social na prática da polícia comunitária**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

HENRIQUES, Márcio S. Dimensões dos públicos nos processos de comunicação pública: formas de conhecimento, ação e organização. In: SCROFERNEKER, Cleusa M. A.; AMORIM, Lidianie R. de (orgs.). **(Re) leituras contemporâneas sobre Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2017, p. 53-65.

INGERSLEV, Line R. Grief, commitment and the sense of community. In: KOSTER, Allan.; KOFOOD, Ester H. (Orgs.). **Cultural, existential and phenomenological dimensions of grief experience**. London, New York, Routledge, 2022. p. 40-53.

SANTOS, Caio D. Vida e morte na crise das barragens: Luto Ecológico diante catástrofes do Antropoceno. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, vol. 27, nº 2 – janeiro a dezembro de 2021.

WAGONER, Brady; BRESCÓ DE LUNA, Ignacio. Collective grief: Mourning rituals, politics and memorial sites. In: KOSTER, A.; KOFOOD, E. H. (Orgs.). **Cultural, existential and phenomenological dimensions of grief experience**. London, New York, Routledge, 2022. p. 197-215.

¹⁴ Jornal A Sirene, fev., 2022. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_fevereiro_2022_final_press. Acesso em: 30/01/2026.